

Direção colegiada visita a base no interior do estado

Seguindo com a política de aproximar-se sempre mais de sua base, a direção colegiada do SINTSEF/CE realizou, no final do mês de outubro, várias visitas a órgãos federais em municípios do interior do Estado do Ceará. As viagens tiveram um objetivo comum de levar informações de interesse geral aos servidores de diversos locais e, em alguns casos, de tratar de perto assuntos mais específicos de determinados órgãos. (Pág 8)



EM BANABUIU OS DIRETORES CONVERSARAM COM APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO DNOCS

Delegacia Sindical de Base da Região do Cariri completa 15 anos



DELEGACIA SINDICAL DO CARIRI COMPLETA 15 ANOS

Na sessão de opinião o diretor Luis Carlos Macedo faz uma justa homenagem aos 15 anos da delegacia sindical de base da região do Cariri. É o SINTSEF crescendo cada vez mais. Confira! (Pág 2)

Encontro do CEFET discute criação dos IFETS

Em um evento que reuniu mais de duzentas pessoas, os servidores, professores e alunos do CEFET e das escolas agrotécnicas do Ceará discutiram o Decreto 6092, de 24 de abril de 2007, que instituiu os IFETs. De acordo com o decreto os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, bem como as Escolas Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, deverão passar por um processo de integração para constituírem os IFETs. (Pág 3)



XXXII ENCONTRO PEDAGÓGICO DO CEFET/CE - "INSTITUTOS TECNOLÓGICOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS".

GT do DNOCS vai a Brasília e garante apoio de parlamentares

Em Brasília, aproveitando o deslocamento para reunião da CONDSEF, o GT do DNOCS elaborou uma agenda de visitas a parlamentares para o apoio às reivindicações. Cada visita rendeu um avanço ao GT. (Pág 4)



INTEGRANTES DO GT E DEP. EDSON DUARTE

Dia do servidor público: o que comemorar?

No último dia 28 de outubro transcorreu a data comemorativa em alusão ao servidor público. Além do feriado, o dia lembra a categoria de que não há muito o que comemorar. Ao longo dos anos o servidor público tem sido uma grande vítima da mídia, dos governos e da própria sociedade.

Exercendo um cargo, como o próprio nome diz de serviço à comunidade, o trabalhador do setor público é tratado pela grande imprensa como um preguiçoso, muitas vezes corrupto e ainda marajá. Dessa forma, a sociedade, cega em relação às verdadeiras atribuições do servidor e à sua importância para o funcionamento do sistema, corrobora com a visão afirmada pela imprensa e, além de tratar mal aquele que está ali para servi-la, não apóia, quase nunca, suas reivindicações e protestos. O servidor público luta em busca de direitos que deveriam lhe ser concedidos naturalmente, como a negociação coletiva, dentre outros.

Esse 28 de outubro não foi muito diferente dos últimos. Nada a comemorar, a não ser o orgulho de desempenhar com o máximo de presteza o seu trabalho. No entanto, houve muito a protestar. Contra o PLP 01 que limita investimentos no setor público, o que na prática representa congelamento de salários, contra a intenção do governo de acabar com o direito de greve, instrumento democrático que da voz ao trabalhador quando o governo teima em não ouvi-lo, por um serviço público, gratuito, de qualidade. Enfim, pelo direito de ser servidor público, no sentido mais literal da expressão, um trabalhador que tem condições de servir à população.

O sonho da adolescência

“Não basta ter belos sonhos para realizá-los. Mas ninguém realiza grandes obras se não for capaz de sonhar grande. Podemos mudar o nosso destino, se nos dedicarmos à luta pela realização de nossos ideais. É preciso sonhar, mas com condição de crer em nossos sonhos; de examinar com atenção a vida real; de confrontar nossa observação com nosso sonho; de realizar escrupulosamente nossa fantasia. Sonhos; acreditem neles”.

Parafraçando o grande líder revolucionário Lênin, inicio este artigo dizendo: há 15 anos, mais precisamente no dia 31 de outubro de 1992, no 1º Encontro dos Trabalhadores Públicos Federais da região do Caririnscia o (a) filho (a) **primogênito (a)** do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará, a Delegacia Sindical de Base da Região do Cariri. Esse sonho materializou-se devido à história de luta destes (as) bravos (as) companheiros (as) da região, como Macêdo, Tancredo Lobo, Romão, Ivo, Iracema, Fafá, Gama, Santana, Besiel, Pedro Holanda, Raimundo Lopes, Edmar Dino, Siebra, Vieira e Asevedo -, não gostaria de cometer alguma injustiça se esqueci algum companheiro ou companheira, mas poderíamos citar outros companheiros (as) que contribuíram sempre e sempre na construção dessa luta e da organização dos trabalhadores naquela área geográfica, na qual sempre foi cenário de resistência na história da luta de classe no nosso Estado.

Quinze anos se passaram, foi naquele sábado - no salão de atos da Universidade Regional do Cariri (URCA), que os diretores do SINTSEF/CE à época, **Aníbal Fontoura de Holanda e Luís Carlos de Alencar Macêdo** representaram a direção do sindicato naquele ato político para discutir: Análise de Conjuntura; Organização dos Trabalhadores na Região do Cariri; **Criação da Delegacia Sindical de Base**; Regimento Interno da Delegacia; **Eleição da Direção da Delegacia** e Eleição de 02 delegados sindicais de base ao Conselho de Delegados. O SINTSEF/CE tinha apenas 03 anos de existência, naquele tempo havia muitas dificuldades em sua estrutura administrativa e organizacional, inclusive financeiras -, mas não foram estas dificuldades que nos intimidaram, e sim, as mesmas nos deram mais coragem para ousarmos e enfrentá-las para construirmos o patrimônio da classe trabalhadora do serviço público federal no Estado do Ceará - portanto, dialeticamente, demos um grande salto de qualidade política com a criação da primeira Delegacia Sindical de Base da nossa entidade de classe.

Não podemos apagar a história, mas deixá-la viva nas mentes de todos nós, citando os primeiros Diretores da Delegacia Sindical do Cariri: **Presidente - Macêdo (FUNASA); 1º Secretário - Tancredo Lobo (EAFIC); 2º Secretário - Ivo Siebra (FUNASA); 1º Tesoureiro - Francisco Romão (FUNASA) e 2º Tesoureiro - Pedro Holanda (FUNASA - Iguatu).**

Finalizando este artigo, quero mencionar o pensamento vivo de Karl Marx em defesa da classe trabalhadora: **“Os homens fazem a sua própria história, mas não o fazem como querem”...**

**Parabéns pelo sonho da adolescência!
Viva os 15 anos da Delegacia Sindical do Cariri!
Muitas lutas e conquistas!**

Luís Carlos de Alencar Macêdo

Farmacêutico, Radialista e Coordenador Geral do SINTSEF/CE.



STF estabelece limites às greves do funcionalismo público semelhantes à iniciativa privada

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, dia 25 de outubro, que os servidores públicos deverão seguir, em suas paralisações, os mesmos limites impostos às greves dos trabalhadores da iniciativa privada. A decisão foi marcada por críticas dos ministros do STF ao Congresso Nacional que, desde a Constituição de 1988, não aprovou lei específica para regulamentar as greves no serviço público. Como os parlamentares não votaram a lei para os servidores, o STF determinou a aplicação da Lei nº 7.783, de 1989, que regulamenta as paralisações no setor privado. Com isso, os servidores terão de negociar com o governo antes de iniciar a greve e informar previamente as autoridades sobre qualquer previsão de paralisação. Os servidores também não poderão constranger os colegas que não aderirem ao movimento, fazendo ameaças ou impedindo-os de trabalhar. Os serviços essenciais, como saúde, transporte coletivo e controle do tráfego aéreo, não poderão ser interrompidos. Foi a primeira vez em que o STF impôs uma lei na falta de atuação do Congresso. Cabe ao Supremo, porque autorizado pela Constituição a fazê-lo, estabelecer para o caso concreto e de forma temporária, até a vinda da lei complementar prevista, as balizas

do exercício do direito de greve. Houve, no entanto, uma diferença entre os votos. Oito ministros (Gilmar Mendes, Menezes Direito, Cármen Lúcia, Carlos Britto, Cezar Peluso, Eros Grau, Celso de Mello e a presidente da Corte, Ellen Gracie) mandaram aplicar a Lei de greve do setor privado de forma geral ao funcionalismo. E três (Marco Aurélio, Barbosa e Ricardo Lewandowski) concluíram que devem ser aplicadas regras específicas - e não necessariamente as da Lei nº 7.783 - para cada caso concreto. Eles entenderam que cada serviço público tem características próprias e, portanto, não seria possível generalizar. Mas, estes três ministros ficaram vencidos. Lewandowski explicou ainda que o STF não pode fixar um prazo para o Congresso aprovar a lei de greve do funcionalismo, pois a Constituição estabelece que o projeto de lei, neste caso, deve ser de iniciativa do Poder Executivo. Ou seja, como cabe ao governo propor a lei, o Supremo não poderia impor um prazo ao Congresso para votá-la. Na decisão, o STF optou por não fixar este prazo, apesar de proposta de Menezes Direito para que o Congresso se manifestasse em 60 dias. O STF está desde março de 2003 discutindo a greve no funcionalismo. Mas, o debate avançou ape-

nas neste ano, com as paralisações dos controladores de voo. No dia 25/10, os ministros julgaram três mandados de injunção de sindicatos de servidores pedindo a regulamentação de suas paralisações. O mandado de injunção é uma ação que exige a regulamentação imediata de norma prevista na Constituição. Antes, o STF apenas alertava o Congresso para a falta da norma. Ontem, pela primeira vez, o tribunal decidiu qual norma deve ser aplicada. Gilmar Mendes e Carlos Britto consideraram a decisão histórica. Servidores querem discussão sobre regulamentação do direito de greve atrelada à questão do Acordo Coletivo - As entidades representativas dos servidores públicos só vão aceitar discutir normas de regulamentação do direito de greve atrelada à questão do debate sobre negociação coletiva. Assim como os trabalhadores da iniciativa privada têm direito à Convenção ou Acordo Coletivo, os servidores também querem gozar deste benefício. Na verdade, desde a consagração do Regime Jurídico Único da categoria, em 1990 (lei nº 8.112), já estava prevista a negociação coletiva, num item vetado pelo então presidente Collor de Mello. Agora, reacendida este discussão, a categoria quer ver o direito implementado na prática.

SINTSEF participa de encontro do CEFET para discutir a criação dos IFETS

No último dia 31 de outubro realizou-se, no auditório do SEBRAE, em Fortaleza, o XXXII Encontro Pedagógico do CEFET/CE que debateu o tema: “Institutos Tecnológicos, perspectivas e desafios”. O ponto de discussão do evento voltado aos docentes da Instituição foi o Decreto 6092, de 24 de abril de 2007, que institui os IFETs. Os IFETs, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, são uma nova instituição que está sendo discutida a partir de proposta apresentada pelo Ministério da Educação. De acordo com o decreto os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, bem como as Escolas

Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrícolas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, deverão passar por um processo de integração para constituírem os IFETs.

Após a abertura do evento houve uma mesa redonda sobre o tema, com as participações do Coordenador Geral de Planejamento e Gestão da SETEC/MEC, Getúlio Marques Ferreira; do Diretor Geral do CEFETCE, Cláudio Ricardo Gomes de Lima; do Diretor de Ensino do CEFETCE, Gilmar Lopes Ribeiro, e de representantes da ATEFCE

e DCE. Além da exposição feita pela mesa, houve intenso debate com as mais de duzentas pessoas presentes.

O SINTSEF/CE teve ampla participação no encontro. Além de diversos filiados, servidores do CEFET/CE, estiveram presentes, Antônio Lopes de Oliveira, José Ailton Araújo Ribeiro, José da Silva, Ivanildo Ferreira dos Santos e Manuel Elionilson Rodrigues, todos filiados da Escola Agrotécnica do Crato. Os diretores Roberto Luque e Eudes Rodrigues, assim como os delegados sindicais de base Nunes e Lígia também compareceram ao encontro.

O Jornal do SINTSEF/CE é uma publicação mensal de responsabilidade da Direção Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará. As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião da entidade. Jornalista responsável: Luciana Barroso. Tiragem: 10 mil exemplares. Impressão e editoração: Expressão Gráfica (3253.2222). Rua 24 de Maio, 1201 - Centro - Fortaleza-CE. PABX: 254.4100. CEP: 60.020-031. Site: www.sintsef-ce.org.br. E-mail: imprensa@sintsef-ce.org.br. DIREÇÃO COLEGIADA: Coordenação Geral: Luís Carlos de Alencar Macêdo (FUNASA/CORE - Fortaleza) Roberto Luque de Sousa (M. Fazenda - Fortaleza) Coordenação Jurídica: Argemiro Medeiros Cavalcante (DNOCS - Morada Nova) Ednir Alberto de Carvalho Lima (aposentado/ex-SUDENE - Fortaleza) Francisco Gomes de Sousa (M. Fazenda - Fortaleza) Coordenação de Comunicação: Asevedo Quirino de Sousa (FUNASA - Crato) Rômulo George de Sales e Silveira (IBAMA - Fortaleza) Sandra Lúcia da Silva Mota (INCRA - Fortaleza) Coordenação de Formação Política: João Batista de Oliveira (FUNASA - Sobral) Jorge Luis de Oliveira (BAFZ - Fortaleza) José Afonso Barbosa da Costa (FUNASA/Micro I-SER V - Fortaleza) Coordenação de Finanças: Antonio Alfredo Moreira da Silva (BAFZ - Fortaleza) José de Assis (FUNASA - Maracanau). Coordenação Sócio-Cultural e de movimentos populares: Carlos Eugênio Pereira Soares (FUNASA - Canindé) Elizeu Lima Sousa (CONAB - Fortaleza) Luzimar Alves de Oliveira (FUNASA - Iguatu) Coordenação de Aposentados e Pensionistas: Geraldo Pereira da Costa (aposentado/DNOCS - Fortaleza) João Eudes Moreira Rodrigues (Aposentado/UFC - Fortaleza) José Murilo Maciano (Aposentado/FUNASA - Crateús) Coordenação Administrativa: Aluísio Bastos Pereira (aposentado/DNOCS - Fortaleza) Benedito Batista de Holanda (FUNASA/CORE - Fortaleza) Francisco Teles da Silva (M. Defesa - Fortaleza) CONSELHO FISCAL: Albazon Fernandes de Sousa (FUNASA - Itapipoca) Edmilson Canafistula (FUNASA - Graça) Francisco Germano Moreira (DNOCS - Icó) Francisco Pereira Chaves (INSS - Crato) José Amorim Neto (Min. Da Agricultura - Fortaleza) José Ribamar dos Santos Lima (FUNASA/Centro de Zoonose Conj. Ceará - Fortaleza) Ozanita Moreira (M. Saúde - Maracanau). SUPLENTE: Francisco Tarciso dos Santos (FUNASA - Brejo Santo) Luiz Haroldo Rodrigues Monteiro (DNOCS - Tauá)

GT do DNOCS vai a Brasília e garante apoio de parlamentares



VISTA DO GT DO DNOCS A BRASÍLIA

Em atendimento a uma convocatória da CONDSEF e seguindo as resoluções do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE), o Grupo de Trabalho do DNOCS (GT) realizou entre os dias 16 e 18 de outubro uma viagem à Brasília para discutir temas inerentes aos servidores do órgão. Algumas ações importantes foram destaque no encontro, como: a solicitação ao Ministério da Integração, para a instalação da Mesa Setorial de Negociações e/ou agenda de reunião para discutir as demandas dos servidores do DNOCS; a solicitação ao Ministério do Planejamento para a constituição de um Grupo Interministerial com a participação daquele Ministério e o da Integração Nacional, além do DNOCS e da CONDSEF, para discutir a reestruturação do Órgão, Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) e realização do Concurso Público; garantia do rateio entre os Sindicatos Gerais dos Servidores Públicos Federais que formam o semi-árido, dos recursos financeiros assegurados para o custeio das despesas com o consultor que atualmente assessora o GT; e a organização pela CONDSEF do Seminário para a apresentação dos documentos que caracterizarão o encerramento desta primeira etapa dos trabalhos do GT do DNOCS.

Em Brasília, aproveitando o deslocamento para o evento da CONDSEF, o GT do DNOCS elaborou uma agenda de visitas a parlamentares para o apoio às reivindicações. Cada parlamentar visitado rendeu um avanço diferente ao GT. Ao Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) foi entregue uma cópia do Ofício nº 1297/DG/CRH, encaminhado pelo Diretor Geral do DNOCS ao Ministro da Integração, solicitando a equiparação salarial com o IBAMA. O Deputado Virgílio Guimarães (PT/MG) colocou-se à disposição para apoiar as reivindicações dos servidores. O Deputado Zezé Ribeiro (PT/BA) sugeriu ao Grupo de Trabalho várias questões: 1) Audiência Pública na Comissão Amazônia e Desenvolvimento Regional; 2) Criação de uma sub-comissão temporária na Comissão supracitada; 3) O DNOCS como Órgão estruturador de políticas Territoriais no semi-árido; 4) Seminário (café da manhã) na Câmara com a CODEVASE, CHESF e DNOCS, para definir a missão e o papel de cada um no semi-árido; 5) Criação de um Comitê das Entidades Federais que atuam no desenvolvimento do Nordeste; 6) Maior articulação com o Secretário de Políticas Regionais do Ministério da Integração; 7) Maior articulação com a ANA e MMA; 8) Criação

de uma cultura de meio ambiente nas diretorias e coordenadorias do órgão. Já o Deputado Nazareno Fonteles (PT/PI) propôs que se estabelecesse uma pessoa para articulação política, que tivesse livre acesso aos gabinetes dos parlamentares, para pleitear verbas para o órgão. Fonteles sugeriu ainda que se lutasse por mais investimento em programas e projetos de agricultura familiar, aquíicultura e pesca, e preservação do meio ambiente, além do estabelecimento de parceria com órgãos como MMA, IBAMA, MDA, INCRA, SUDENE, Secretaria Especial de Aquíicultura e Pesca, etc e com as Prefeituras do semi-árido.

O Grupo de trabalho reuniu-se ainda com o Deputado Edson Duarte (PV/BA), que apresentou uma lista de atividades que poderiam ajudar na luta dos servidores como: 1) Contatar deputados e senadores para, através de uma solicitação do Coordenador da Bancada Nordestina, solicitar um encontro com o Ministro Geddel para buscar o compromisso com o fortalecimento e revitalização do DNOCS; 2) Agendar um encontro entre o secretário do MMA, o coordenador de desertificação do IBAMA, e o diretor geral do DNOCS, para a construção de uma parceria na qual o DNOCS participe como braço executor do MMA, no semi-árido, principalmente no que se refere às políticas regionais de combate à desertificação; 3) Articular para que a Conferência Mundial sobre Semi-árido seja no Brasil e, mais precisamente, em Fortaleza, para coincidir com os 100 anos do DNOCS; 4) Criação e instalação de uma Comissão Geral sobre o DNOCS, no Congresso Nacional, em 2008, para discutir a revitalização e fortalecimento do órgão.

A CONDSEF está organizando um seminário, que deverá ocorrer na segunda quinzena de novembro para discutir a reestruturação do DNOCS. O objetivo do encontro é a exposição da necessidade de serem iniciadas as negociações sobre reestruturação do órgão, criação de plano de carreira e abertura de concurso público.

Encontro dos fazendários discute alterações ao plano de carreira

Representantes de servidores do Ministério da Fazenda de dezesseis estados (AL, BA, CE, DF, ES, MG, MT, PE, PI, PR, RJ, RO, RR, RS, SC e TO) estiveram em Brasília no dia 27 de outubro para participação em um encontro promovido pela CONDSEF. Na ocasião, os fazendários avaliaram o processo de negociação, em curso, para implantação de seu plano de cargos e defenderam alterações no plano a serem feitas antes de sua votação no Congresso Nacional.

A principal queixa dos fazendários diz respeito a alterações feitas pelo governo na proposta construída pelo Grupo de Trabalho (GT), dentre os pontos da proposta original a serem mantidos estão: a manutenção do vencimento básico estipulado pelo GT, a abertura de

concurso, paridade entre ativos e aposentados e a redução do parcelamento da recomposição salarial estão entre as principais demandas.



ENCONTRO DOS FAZENDÁRIOS EM BRASÍLIA NO DIA 27 DE OUTUBRO

Outro ponto que deve ser levado a pauta de negociação com o governo é a mudança da nomenclatura dos atuais cargos para Analista Fazendário (NS) e Técnico Fazendário (NI). Outro questionamento levantado pelos fazendários

foi a ausência de progressão funcional para aqueles servidores que hoje se encontram na última classe padrão. Será defendida também a instituição de uma gratificação de incentivo para servidores lotados no nível intermediário, mas que possuem níveis maiores de escolaridade.

Os fazendários buscam ainda mais tempo para tomar decisões, isto é, o aumento do prazo para redistribuição ao Ministério da Fazenda, que daria tempo à categoria para analisar com segurança a melhor opção para cada caso.

O diretor do SINTSEF/CE, Roberto Luque, esteve presente ao encontro como representante dos servidores do Ceará e da direção colegiada do sindicato.

Negociações do acordo coletivo da CONAB avançam

Em 31 de outubro uma reunião entre a Comissão de Negociação da CONAB e os trabalhadores discutiu ponto a ponto acordo coletivo da categoria. Muitos itens já estão garantidos (veja no quadro), mas há ainda uma pendência em relação à validade do referido acordo, que deve ser resolvido em assembléia dos trabalhadores a ocorrer ainda na primeira quinzena de novembro. Os pontos garantidos são comuns às duas propostas, a diferença esta em o acordo valer por dois anos ou apenas por um. No caso dos dois anos de validade, a proposta contempla 6% de reajuste

salarial linear que incidirá sobre as tabelas vigentes em 2007 e, a partir de janeiro de 2008, 1% de reajuste salarial linear e abono de R\$ 1.000,00 (mil reais) também neste mês. O detalhe dessa proposta está no fato de que, se a inflação até 31 de agosto de 2008 for superior a 6% (somando a inflação de 2007 com a até 31 de agosto de 2008), deve ser reaberta uma nova negociação. Já a segunda proposta considera 4,18% de reajuste salarial linear incidindo na tabela atual e abono de mil reais em janeiro. Esta segunda proposta valerá por apenas um ano.

Pontos acordados

- ✓ Reajuste do auxílio alimentação para o valor de R\$ 17,00 (dezesete reais) - Mantendo o valor de 80% do salário mínimo, em espécie, na folha de pagamento.
- ✓ Concessão de auxílio escola no valor de R\$ 100,00/mês (cem reais ao mês)
- ✓ Aumento do auxílio creche para o valor de R\$ 290,00/mês (Duzentos e noventa reais ao mês)
- ✓ Aumento do auxílio creche para criança especial para o valor de R\$ 595,00/mês (Quinhentos e noventa e cinco reais ao mês)
- ✓ Parcelamento do pagamento do adiantamento de férias em até 7 (sete) parcelas
- ✓ Garantia aos trabalhadores afastados por motivo de saúde e assistidos pela Previdência Social e aos seus dependentes, da utilização do Serviço de Assistência à Saúde - SAS.
- ✓ Garantia de não demissão, a não ser por justa causa, de trabalhador que estiver a até 18 meses da aposentadoria.

Anistiados: retorno ao trabalho parece próximo

A situação dos demitidos/anistiados do governo Collor parece começar a chegar a uma solução. No dia 27 de setembro uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal discutiu a questão e como encaminhamento foi formada uma comissão mista de senadores e deputados que se comprometeram a conduzir, junto ao Planejamento, a reintegração dos anistiados. Na oportunidade, os anistiados entregaram um documento com as reivindicações da categoria ao presidente do Senado. Em

assembléia, após a referida audiência, os anistiados decidiram manter o acampamento em frente ao Ministério do Planejamento, que ocorre desde 21 de agosto.

No dia 18 de outubro, uma reunião com parlamentares, na Câmara de Deputados, reafirmou o compromisso da comissão já criada de pressionar o MP para a publicação das portarias com as listas de retorno.

Até agora já foram publicadas quatro portarias no Diário Oficial com nomes de anistiados, mantendo a situação de anis-

tia. A expectativa é que até meados de novembro saia uma publicação com o nome de todos os que já foram regularizados (Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC), constando, inclusive, os locais de trabalho para retorno. O Decreto 6.077/07 garante o retorno de todos os anistiados ao trabalho, mas, além de terem esperado mais de uma década para que seu direito fosse reconhecido, estes trabalhadores seguem aguardando a morosidade do Ministério do Planejamento.

CURIOSIDADES

O QUE É O QUE É ASSÉDIO MORAL?

Assédio moral é a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções.

São mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização.

Por ser algo privado, nem sempre a vítima consegue na justiça provar o que sofreu, principalmente, porque tem dificuldade de conseguir testemunhas, já que estas preferem se calar com medo de colocar o seu emprego em risco.

De acordo com a Juíza Federal do Trabalho, Dorotéia Silva de Azevedo* é preciso que se deixe bem claro a diferen-

ça entre assédio moral e assédio sexual. O segundo tem o objetivo específico de compelir alguém a ter ou aturar comportamentos sexuais contra sua vontade, podendo inclusive ser um assédio sexual e moral, no entanto, ainda segundo Do-



rotéia, “o assédio moral se constitui numa outra forma de agressão ao empregado, cometida por superiores hierárquicos, de forma constante e repetitiva, destinada a humilhá-lo, diminuí-lo, criando uma crescente tensão psicológica, que culmina

num gradual isolamento do trabalhador dos círculos da empresa e na redução de sua auto-estima”. A juíza afirma que já foram relatados, inclusive, quadros depressivos que tiveram origem no assédio moral. Situações vexatórias ou humilhantes a que os empregados são obrigados a se submeter caracterizam assédio moral; apelidos ou alcunhas maliciosamente conferidos ao trabalhador; racismo, sexismo, homofobia, xenofobia, ou seja, atitudes discriminatórias, debochadas e destinadas a tolher e humilhar o empregado constituem assédio moral no ambiente de trabalho.

* Assédio moral no ambiente de trabalho - O que é e quais as conseqüências jurídicas de sua prática Dorotéia Silva de Azevedo, Juíza Federal do Trabalho, titular da Vara do Trabalho de Santo Amaro da Purificação - Ba; Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela UCSal.

PENSAMENTOS FILOSÓFICOS

•“Pois os homens são bons de um só modo, e maus de muitos modos (pois o mal pertence à classe do ilimitado e o bem à do limitado). A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediana, isto é, a mediana relativa a nós, a qual determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. A virtude é um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta” (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*).

•“Assegurar a própria felicidade é um dever (indireto, ao menos); pois, o fato de não estar contente com a própria situação, com o viver pressionado por inúmeros cuidados em meio de necessidades não satisfeitas, poderia facilmente tornar-se uma tentativa de violar deveres. Mas, aqui ainda, sem pensar no dever, todos os homens já têm, por eles próprios, a inclinação para a felicidade mais duradoura e íntima, pois, precisamente nessa idéia de felicidade, as inclinações se unificam numa totalidade”

(Kant, *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*).

•“Por hora gostaria apenas de entender como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações suportam às vezes um tirano só, que tem apenas o poderio que eles lhe dão, que não tem o poder de prejudicá-los senão enquanto têm vontade de suportá-lo, que não poderia fazer-lhes mal algum senão quando preferem tolerá-lo a contradizê-lo. Coisa extraordinária, por certo; e porém tão comum que se deve lastimar-se do que espantar-se ao ver um milhão de homens servir miseravelmente, com pescoço sob o jugo, não obrigados por uma força maior, mas de modo (ao que parece) encantados e enfeitiçados apenas por um nome de um, de quem não devem temer o poderio pois ele é só, nem amar as qualidades pois é desumano e feroz para com eles. Entre, nós, homens, a fraqueza é tal que frequentemente precisamos obedecer à força; [...] Até os bois gemem sob o peso do jugo; e na gaiola os pássaros se debatem ...” (Etienne de la Boétie, *Discurso da Servidão Voluntária*).

Dica de Leitura

Uma boa dica de leitura é o livro “*O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*”, de Claudia Mazzei Nogueira, Editora Expressão Popular. O livro trata da situação opressora do trabalho feminino no serviço de telemarketing onde as mulheres sofrem pressão tanto dos supervisores com quem trabalha sob vigilância do tempo, quanto do mau humor dos clientes. No livro, a autora mostra alguns depoimentos sobre problemas de saúde como estresse, problemas auditivos, LER (lesão por esforços repetitivos); péssimo ambiente de trabalho como lugares escuros, apertados, com ar-condicionado sob temperaturas inadequadas, etc. Enfim, o livro revela a intensa precarização da força de trabalho feminina no setor de Telemarketing, como também a dupla jornada de trabalho quando chega a casa para fazer o serviço doméstico. O livro encontra-se na biblioteca do SINTSEF-CE.

Novidades no processo dos 3,17% da FUNASA

O informe mais recente da ação dos 3,17% da FUNASA é de que o Juiz já despachou, deliberando que não existe nenhuma dificuldade para expedição das RPVs dos ativos e aposentados, que representam mais de 90% dos participantes do processo. Em audiência com a advogada do SINTSEF/CE, o juiz se prontificou a colocar um funcionário do judiciário exclusivamente para preparar as RPVs.

Quanto aos processos dos falecidos, demitidos e redistribuídos, ainda serão julgados pelo Tribunal de Recife.

Ficou acordado, pelo juiz, que ele convocaria uma reunião com a assessoria do Sindicato e a Procuradoria da FUNASA, com a presença dele, para polir todas as arestas existentes, no sen-

tido de agilizar o processo o máximo possível.

Posteriormente, o juiz da vara de execução, solicitou a presença da advogada do SINTSEF/CE, para comunicar que tinha mantido contato telefônico com o Dr. Eduardo Rocha Dias, procurador chefe, sobre o seu despacho com respeito aos ativos e aposentados e o mesmo, informou que não tinha nada a contestar. O juiz informou ainda, que esteve em seu gabinete, a procuradora da FUNASA, Dr^a. Janaina, e que ela informou que concorda com a inclusão dos redistribuídos considerando que houve equívoco por parte da procuradoria.

O juiz informou também, que entraria de férias a partir do último dia 01 de novembro e que a procuradora da FU-

NASA solicitou o prazo de 60 dias (sessenta) dias para examinar a planilha de cálculo elaborada pelo sindicato, com a exclusão dos falecidos, demitidos e etc. e foi por ele atendida, alegando que queria estar presente quando dá expedição das RPVs para os ativos e aposentados

Dessa forma, as RPVs só começarão a ser expedidas a partir do mês de janeiro de 2008. Após a expedição das RPVs pela vara de execução de Fortaleza estas serão encaminhadas pelo juiz ao Tribunal de Recife, que fará a devida numeração ocorrendo, então, um prazo de até 60 dias para fazer os depósitos em contas individuais. A assessoria jurídica do sindicato já encaminhou o CD, com os CPF's dos ativos e aposentados no intuito de agilizar o processo.

Curtas

Dia do servidor público lembrado com ato

Ocorreu dia 26 de outubro de 2007, um ato em referência ao Dia do Servidor Público. Foram convidados a participar servidores públicos municipais, estaduais e federais para uma manifestação unificada na Praça da Bandeira, em Fortaleza. Infelizmente o evento contou com a participação de poucos servidores, que embora não tendo nada a comemorar pela passagem do seu dia, em 28 de outubro, têm muito pelo que lutar.

Os eixos do ato foram: Não à extinção de órgãos públicos; Não projeto de fundação estatal; Não ao projeto anti-greve; Não ao PLP-01; Pelo pagamento dos passivos trabalhistas; Pelo Plano de Carreiras já; Pelo reajuste salarial; Pela recomposição das perdas salariais; Pelo retorno imediato dos demitidos/anistiados do governo Collor; Pela isonomia salarial entre ativos, aposentados e pensionistas.

O SINTSEF/CE participou deste momento de luta juntamente com a CUT/CE e as demais entidades.

Informação Importante!

Quando um servidor filiado ao SINTSEF/CE quiser proceder com sua desfiliação sindical deve procurar, pessoalmente, o departamento de informática do sindicato para requerer o seu desligamento, recebendo na ocasião, um comprovante de desfiliação que o proteje de eventuais transtornos.

Homenagem

O SINTSEF/CE recebeu uma homenagem, na pessoa do diretor Roberto Luque, da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, por sua atuação junto à luta pelos direitos dos servidores federais e passagem do dia do servidor público. Parabéns SINTSEF!

Nota de Pesar

É com pesar que o SINTSEF/CE informa o falecimento de sua filiada Maria Aldeni Abreu Câmara, servidora atuante no ambulatório de cirurgia da UFC, ocorrido no dia 4 de novembro. Todos que fazemos o sindicato nos solidarizamos com a dor de sua família.

DNIT faz paralisação para pressionar o governo

Os servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT) fizeram uma paralisação entre os dias 25 e 30 de outubro para pressionar o governo a dar uma resposta à proposta de plano de carreira apresentada pela categoria ainda no primeiro semestre deste ano.

Representantes dos servidores do órgão reuniram-se com o Ministério do Planejamento para tratar da questão e aguardam por uma solução. Os servidores não descartam a hipótese de greve por tempo indeterminado caso não haja avanços na negociação.

Sindicalize-se

A força de uma categoria está na união. O sindicato é a instância responsável por organizar essa união e transformar em bônus para o grupo. Faça parte dessa força, sindicalize-se.

Direção colegiada visita a base no interior do estado

Seguindo com a política de aproximar-se sempre mais de sua base, a direção colegiada do SINTSEF/CE realizou, no final do mês de outubro, várias visitas a órgãos federais em municípios do interior do Estado do Ceará. As viagens tiveram um objetivo comum de levar informações de interesse geral aos servidores de diversos locais e, em alguns casos, de tratar de perto assuntos mais específicos de determinados órgãos.

No dia 23 de outubro, o município de Itapipoca recebeu os diretores Alfredo Moreira e Benedito Holanda para uma reunião com os delegados de base e membros do conselho fiscal, objetivando o aluguel de um imóvel na cidade, para servir de casa de apoio aos servidores daquela região. O aluguel da casa foi aprovado pela direção colegiada e provi-



SERVIDORES DA FUNASA DO CRATO EM REUNIÃO COM O MEMBROS DA DIREÇÃO COLEGIADA

denciado pela delegacia em questão. O imóvel será um local estratégico para os servidores de Itapipoca e municípios adjacentes.

As cidades de Banabuiú e Quixeramobim foram visitadas em 26 de outubro pelos diretores Aluisio Bastos e Eudes Rodrigues, acompanhados de integrantes do GT do DNOCS. Em Banabuiú ocorreu um encontro com aposentados e pensionistas do DNOCS para repassar informações referentes ao GT e explicar a importância da filiação desses servidores ao sindicato para dar força à luta que vem sendo empreendida pelos trabalhadores do DNOCS. Já em Quixeramobim houve reunião com os servidores não apenas daquela cidade, mas de Quixadá, Senador Pompeu, Pedra Branca, dentre outros. Compareceram especialmente trabalhadores da FUNASA para tratar de assuntos inerentes a fundação, como o caso do 3,17%, da indeniza-

ção de campo e da notícia veiculada recentemente sobre a possível extinção do órgão. Membros da delegacia Sindical do Sertão Central também estiveram presentes nesse momento.

No dia 30 de outubro, os diretores Roberto Luque e Asevedo Quirino estiveram nos municípios de Juazeiro e Crato, visitando diversos órgãos, como Receita Federal, DRT, DNOCS, IBAMA. Na ocasião ocorreram duas assembleias, uma às 14h, na Receita Federal de Juazeiro e outra às 15h30 na Funasa do Crato. Na reunião com os servidores da Receita Federal foram repassadas as informações e deliberações do Encontro Nacional dos Fazendários (em especial em relação ao plano de carreira fazendário) ocorrido no dia 27 de setembro, do qual participou o diretor Roberto Luque. Na Funasa os assuntos principais foram os mesmos tratados em Quixeramobim: 3,17%, a indenização de campo e notícias recentes sobre o órgão. Participaram ainda dos encontros, os coordenadores da delegacia da região, Antonio Teles Esmeraldo e Francisco José de Sá Macedo.



ENCONTRO COM SERVIDORES DE QUIXERAMOBIM E REGIÕES VIZINHAS



REUNIÃO NA RECEITA FEDERAL EM JUAZEIRO DO NORTE